



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7974 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais

CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DO ENCCEJA: UM OLHAR SOBRE AS PERSPECTIVAS DOS ESTUDANTES INSCRITOS NO DISTRITO FEDERAL

Rosimeire Aguiar Pereira Lopes - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Maria Clarisse Vieira - UnB - Universidade de Brasília

CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO DO ENCCEJA: UM OLHAR SOBRE AS PERSPECTIVAS DOS ESTUDANTES INSCRITOS NO DISTRITO FEDERAL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) busca assegurar àqueles, cujas trajetórias escolares não seguiram o percurso regular, o gozo pleno de seu direito à educação como condição precípua para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade pautada nos valores da democracia e equidade. Para atender as especificidades destes sujeitos, a LDB 9.394/96 determina que a EJA pode ser ofertada por meio de cursos e exames. Atualmente, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), instituído pela Portaria 2.270/2002, exerce a função certificadora, sendo um instrumento que visa aferir competências acumuladas pelo indivíduo no processo escolar e nos processos formativos que se desenvolvem nas interações humanas e nas manifestações socioculturais (BRASIL, 2002).

Idealizado em um contexto histórico de implementação de exames em larga escala, na consolidação do Estado-avaliador, o ENCCEJA busca articular-se a outras políticas públicas, estendendo sua esfera de avaliação do âmbito micro, do desempenho individual, para o nível macro, dos referenciais e indicadores da qualidade do ensino.

Nesse sentido, este estudo tem por objetivo compreender as implicações do ENCCEJA na oferta de EJA no Distrito Federal e a correlação entre as perspectivas de formação dos educandos e os pressupostos formativos que regulam o exame. O presente texto consiste em um recorte de pesquisa de Mestrado, ainda em desenvolvimento, apresentando, pois, um cunho exploratório.

Por meio da análise das motivações relatadas pelos educandos para realizar os exames e do valor simbólico da certificação para sua formação – segundo informações dos questionários socioeconômicos aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – buscou-se verificar em que medida suas concepções

formativas alinhavam-se com a proposta avaliativa subjacente ao ENCCEJA, conforme documentos institucionais que tratam do exame.

Para subsidiar o trabalho apresentado neste artigo, foi realizada análise documental do aparato legislativo e das sinopses estatísticas produzidas pelo INEP, a partir dos dados contextuais dos educandos. Outrossim, foram colhidos registros sobre a taxa de migração para o ENCCEJA– nível médio de estudantes matriculados na Educação de Jovens e Adultos na modalidade presencial em duas escolas do DF. Ambas situadas em Ceilândia, cidade que possui elevada densidade populacional, com problemas sociais decorrentes da baixa renda per capita e da violência, e que detém o maior número de escolas de EJA no Distrito Federal.

No DF, segundo Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios realizada em 2018, cerca de 24% da população total (aproximadamente 750 mil pessoas), com idade superior a 25 anos, não concluiu a educação básica. Somam-se a este montante os 57.500 residentes que se declararam analfabetos e os estudantes mais jovens, com idade acima de 15 anos, que também tiveram sua escolarização interrompida. Todavia, apesar da alta demanda potencial de EJA, a rede pública de ensino vem apresentando sucessivas reduções nas taxas de matrículas na Educação de Jovens e Adultos. No comparativo com o ano letivo anterior, em 2019, o quadro de discentes de EJA da Secretaria de Educação do DF sofreu uma queda de 10%. Número semelhante ao registrado no contraste dos dados de 2017 e 2018.

Em contrapartida, as inscrições para o ENCCEJA cresceram exponencialmente no mesmo período. Na edição de 2019, aproximadamente 69 mil candidatos participaram do certame relativo ao Ensino Médio, enquanto 18 mil estudantes frequentavam o regime presencial no 3º segmento.

A incidência destes fenômenos suscita questionamentos sobre as funções pedagógico-didáticas do exame, seu potencial formativo e os pressupostos políticos, ideológicos e epistemológicos que o orientam.

As diretrizes e critérios que norteiam o ENCCEJA se apoiam em suas raízes histórico-constitutivas. A reestruturação do Estado, a partir da década de 1990, respaldada no projeto neoliberal, culminou com a implantação de políticas educacionais regidas por suas premissas e determinou as bases para os conteúdos e objetivos das avaliações externas.

No caso do ENCCEJA, o objeto avaliado são as competências adquiridas por meios formais ou informais pelos estudantes jovens e adultos. A polissemia do termo *competências*, no entanto, sugere distintas interpretações sobre as possibilidades do instrumento avaliativo. Compreendidas enquanto esquemas operatórios para o desenvolvimento do saber prático (PERRENOUD, 2013), ou sob o viés utilitarista, que resume a educação à aquisição de aptidões para o trabalho e à mecanismo para manutenção do *status quo* e legitimação do regime capitalista. Na ótica reducionista, os exames estruturam-se conforme condições de empregabilidade estipuladas segundo interesses mercadológicos sem, contudo, contribuir efetivamente para a formação emancipatória dos sujeitos ou na correção das desigualdades, adjudicando assim, aos educandos da EJA, posições subalternas no tecido social (RUMMERT; ALVES, 2010).

Observa-se, portanto, uma contradição com a centralidade dos sujeitos, aludida nos documentos normativos que instituem o exame. Tal incongruência se expressa também na composição de uma matriz de competências única, válida em todo o território nacional, já que a proposta de integração dos saberes populares e reconhecimento dos fatores relativos à construção da identidade do sujeito da EJA tende a esvaecer-se em detrimento da homogeneidade avaliativa, que acaba por subjugar as regionalidades e os elementos culturais e econômicos associados.

A partir dos fundamentos que regem o ENCCEJA contrapôs-se as concepções de formação dos educandos do Distrito Federal que prestam o exame, por meio da análise qualitativa dos dados contextuais, presentes nos questionários socioeconômicos referentes aos anos de 2017 e 2018.

As perspectivas formativas dos sujeitos da pesquisa vinculam a educação a expectativas de ascensão social através do trabalho e à ruptura com o *continuum* de exclusão escolar – que, em muitos casos, foi herdado de seus progenitores.

No que tange às relações com o trabalho, o levantamento sobre as motivações para dar prosseguimento aos estudos revelou que aproximadamente 2/3 dos inscritos no ENCCEJA tencionam conseguir um emprego ou ser admitido em outro cargo melhor. Nessa esteira, Arroyo (2017, p. 55) preconiza que a “volta à escola por um diploma de conclusão da educação fundamental ou média está intimamente associada a superar esse sobreviver provisório, essa identidade provisória de trabalhadores”, o que, conseqüentemente, representa a descontinuidade de processos desumanizantes que perpassam a história de vida destes sujeitos.

Contudo, embora a educação possa configurar para estes educandos não só a apropriação de direitos outrora negados, mas o rompimento com os mecanismos de reprodução das mazelas sociais e com a segregação histórica sofrida pelos segmentos mais pobres da sociedade, os estudantes relatam relações truncadas com a escola. Em 2018, 85% dos 68.976 inscritos no Distrito Federal alegaram ter reprovado pelo menos uma vez. Verifica-se ainda altos índices de evasão escolar, padrão também observado com relação à escolaridade dos familiares de primeiro grau. A maioria dos estudantes informou que a mãe e/ou o pai não concluíram o Ensino Médio.

Uma parcela significativa dos candidatos que participaram das edições de 2017 e 2018 declarou estar cursando ou já ter cursado a EJA. Esse movimento migratório foi constatado nas duas instituições de ensino visitadas. As escolas somaram 49 estudantes matriculados na EJA ou ex-alunos (cujo último registro escolar está vinculado à escola) aprovados na edição do ENCCEJA 2019, o que equivale a cerca de 9% dos educandos atendidos no 3º segmento nas duas unidades. Número que se aproxima do índice de queda nas matrículas na rede pública nos últimos anos. A transição para os exames é justificada pelos educandos pela falta de condições objetivas-materiais para frequentar as aulas no sistema regular. Cumpre, portanto, indagar em que medida a “igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (BRASIL, 2000, p. 06) avocada pela legislação contempla o estudante que participa do ENCCEJA, visto que este educando continua expropriado do espaço escolar. Escola esta que, segundo Dessen e Polônia (2007), desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social e cognitivo dos indivíduos.

Isto posto, observa-se que os eixos norteadores do ENCCEJA apresentam contradições com as concepções de formação que os estudantes construíram ao longo de sua trajetória. Além disso, a leitura preliminar dos dados indica que as concepções formativas dos educandos constituem um dos fatores determinantes no redesenho da oferta da Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal. Cabe, no entanto, aprofundar a análise sobre os condicionantes sociais, culturais e econômicos que influem na maneira como o sujeito concebe sua formação e se relaciona com a escola, estendendo a amostra e empregando outras metodologias, o que se pretende realizar no estudo mais amplo.

Assim sendo, a reconfiguração da EJA no plano material requer uma revisão dos pressupostos político-ideológicos que orientam a oferta, não no sentido de suprimir quaisquer dos canais existentes, sejam eles cursos ou exames, pois se reconhece a necessidade de flexibilização nos sistemas de ensino para acolher a diversidade inerente aos educandos, mas

para que a Educação de Jovens e Adultos se constitua democraticamente, em conformidade com os anseios formativos dos sujeitos, resguardando uma perspectiva de educação contra-hegemônica e libertadora, comprometida com a superação dos paradigmas inferiorizantes e com a transformação social (FREIRE, 2017).

Palavras-chave: Avaliação. Educação de Jovens e Adultos. ENCCEJA. Formação. Perspectivas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 05/02/2020.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 29/02/2020.

_____, Ministério da Educação. **Portaria nº 2.270, de 14 de agosto de 2002**. Institui o Exame Nacional de Certificação de Competências (ENCCEJA). Brasília, 2002. Disponível em <http://inep.gov.br/educacao-basica/enceja/editais-e-portarias>. Acesso em 01/02/2020.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (2018). **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. Acesso em: 20/03/2020. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2019/03/PDAD_DF-Grupo-de-Renda-compactado.pdf. Acesso em: 25/02/2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **Censo Escolar 2019**. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/censo-escolar-2018-2/>. Acesso em: 02/02/2020.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21–32, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 64^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística ENCCEJA**. Brasília: INEP/MEC, 2017.

_____. **Sinopse Estatística ENCCEJA**. Brasília: INEP/MEC, 2018.

PERRENOUD, P. **Desenvolver competências ou ensinar saberes? A escola que prepara para a vida**. Porto Alegre: Penso, 2013.

RUMMERT, S. M; ALVES, N. Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil e em Portugal: alvos da mesma lógica de conformidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 511-528, set./dez. 2010.